



**TERMO DE COLABORAÇÃO Nº 87/2021**

**EDITAL Nº 002/2021**  
**CHAMAMENTO PÚBLICO**

O **MUNICÍPIO DE BENTO GONÇALVES/RS**, inscrito no CNPJ sob o nº 87.849.923/0001-09 situado a Rua Marechal Deodoro, nº 70, Bairro Centro, CEP 95700-010, Rio Grande do Sul - RS, neste ato devidamente representada pelo Prefeito Municipal, **Sr. DIOGO SEGABINAZZI SIQUEIRA**, residente e domiciliado nesse Município, no exercício de suas atribuições legais e regulamentares, doravante denominado Administração Pública e a Organização da Sociedade Civil Civil, **LAR DO ANCIÃO DE BENTO GONÇALVES**, situada a Rua Alameda Anna Tedesco Variani, nº 100, Bairro Pradel, CEP 95708-250, Bento Gonçalves, RS, neste ato devidamente representada pelo seu Presidente, Sr. JOSÉ FORESTI, brasileiro, portador do RG nº 3003961335, inscrita no CPF sob o nº 203.141.080-68, residente e domiciliado na Rua Belo Horizonte, nº 255, apto 1101, Bairro Botafogo, neste Município, doravante denominada OSC, com fundamento na Lei Federal nº 13.019/2014, bem como nos princípios que regem a Administração Pública e demais normas pertinentes, celebram este Termo de Colaboração, na forma e condições estabelecidas nas seguintes cláusulas:

**CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO**

O presente Termo de Colaboração tem por objeto estabelecer as condições para a execução de projeto “VIVER BEM” a ser executado a partir de Junho de 2021 na área do Idoso com a finalidade de atendimento em Instituição de Longa Permanência para Idosos (ILPI) no Município de Bento Gonçalves.

**CLÁUSULA SEGUNDA – DA TRANSFERÊNCIA FINANCEIRA**

**2.1** - A Administração Pública repassará a Organização da Sociedade Civil o valor de R\$ 59.942,00 (cinquenta e nove mil, novecentos e quarenta e dois reais), conforme cronograma de desembolso, constante no Plano de Trabalho anexo e integrante a este Termo de Colaboração.

**2.2** - Para o exercício financeiro de 2021, fica estimado o repasse de R\$ 59.942,00, correndo as despesas à conta da dotação orçamentária

Órgão: 13 – Secretaria de Esportes e Desenvolvimento Social  
Unidade: 009 - Fundo Municipal do Idoso – FUMUI  
Projeto / Atividade: 0009 Manutenção da Assistência Financeira  
Despesa: 3.3.50.43.00.00.00.00 – Subvenções Sociais  
Recurso: 1198  
Dotação: 541

**2.3** – Em caso de celebração de aditivos, deverão ser indicados nos mesmos, os créditos e empenhos para cobertura de cada parcela da despesa a ser transferida.



2.4 – Na ocorrência de cancelamento de Restos a Pagar, o quantitativo poderá ser reduzido até a etapa que apresente funcionalidade, mediante aprovação prévia da Administração Pública.

### **CLÁUSULA TERCEIRA – DA CONTRAPARTIDA DA ORGANIZAÇÃO DA SOCIEDADE CIVIL**

3.1 - Não será exigida contrapartida financeira como requisito para celebração de parceria. A contrapartida será prestada em bens e serviços cuja expressão monetária deverá, obrigatoriamente, ser identificada na proposta da organização da sociedade civil.

### **CLÁUSULA QUARTA – DAS OBRIGAÇÕES DAS PARTES**

#### **4.1 - Compete à Administração Pública:**

I - Transferir os recursos à OSC de acordo com o Cronograma de Desembolso, em anexo, que faz parte integrante deste Termo de Colaboração e no valor nele fixado;

II - Fiscalizar a execução do Termo de Colaboração, o que não fará cessar ou diminuir a responsabilidade da Organização da Sociedade Civil pelo perfeito cumprimento das obrigações estipuladas, nem por quais danos, inclusive quanto a terceiros, ou por irregularidades constatadas;

III - Comunicar formalmente à Organização da Sociedade Civil qualquer irregularidade encontrada na execução das ações, fixando-lhe, quando não pactuado nesse Termo de Colaboração, prazo para corrigi-la;

IV - Receber, apurar e solucionar eventuais queixas e reclamações, cientificando a Organização da Sociedade Civil para as devidas regularizações;

V - Constatadas quaisquer irregularidades no cumprimento do objeto desta Parceria, a Administração Pública poderá ordenar a suspensão dos serviços, sem prejuízo das penalidades a que se sujeita a OSC, e sem que esta tenha direito a qualquer indenização no caso daquelas não serem regularizadas dentro do prazo estabelecido no termo da notificação;

VI - Aplicar as penalidades regulamentadas neste Termo de Colaboração;

VII - Fiscalizar periodicamente os contratos de trabalho que assegurem os direitos trabalhistas, sociais e previdenciários dos trabalhadores e prestadores de serviços da Organização da Sociedade Civil, ligados ao projeto;

VIII - Apreçar a prestação de contas final apresentada, no prazo de até cento e cinquenta dias, contado da data de seu recebimento ou do cumprimento de diligência por ela determinada, prorrogável justificadamente por igual período; e

IX – Publicar, às suas expensas, o extrato deste Termo de Colaboração na imprensa oficial do Município.

#### **4.2 - Compete à Organização da Sociedade Civil:**

I – Utilizar os valores recebidos de acordo com o Plano de Trabalho aprovado pela Administração Pública, observadas as disposições deste Termo de Colaboração relativas à aplicação dos recursos;

II – Responder exclusivamente pelo pagamento de encargos trabalhista, previdenciários, fiscais e comerciais relativos ao funcionamento da instituição e ao adimplemento deste Termo de Colaboração, não de caracterizando responsabilidade solidária ou subsidiária da Administração Pública pelos respectivos pagamentos, nem qualquer oneração do objeto da parceria ou restrição à sua execução;



- III - Prestar contas dos recursos recebidos nos termos da Lei Federal nº 13.019/2014, nos prazos estabelecidos neste instrumento;
- IV - Indicar ao menos 1 (um) dirigente que se responsabilizará, de forma solidária, pela execução das atividades e cumprimento das metas pactuadas na parceria;
- V – Executar as ações objeto desta parceria com qualidade, atendendo o público de modo gratuito, universal e igualitário;
- VI - Manter em perfeitas condições de uso os equipamentos e os instrumentos necessários para a realização dos serviços e ações pactuadas, através da implantação de manutenção preventiva e corretiva predial e de todos os instrumentais e equipamentos;
- VII - Responder, com exclusividade, pela capacidade e orientações técnicas de toda a mão de obra necessária à fiel e perfeita execução desse Termo de Colaboração;
- VIII - Manter contrato de trabalho que assegure direitos trabalhistas, sociais e previdenciários aos seus trabalhadores e prestadores de serviços;
- IX - Responsabilizar-se, com os recursos provenientes do Termo de Colaboração, pela indenização de dano causado ao público, decorrentes de ação ou omissão voluntária, ou de negligência, imperícia ou imprudência, praticados por seus empregados;
- X - Responsabilizar-se por cobrança indevida feita ao público, por profissional empregado ou preposto, em razão da execução desse Termo de Colaboração;
- XI – Responsabilizar-se pelo espaço físico, equipamentos e mobiliários necessários ao desenvolvimento das ações objeto desta parceria;
- XII - Disponibilizar documentos dos profissionais que compõe a equipe técnica, tais como: diplomas dos profissionais, registro junto aos respectivos conselhos e contrato de trabalho;
- XIII – Garantir o livre acesso dos agentes públicos, em especial aos designados para a comissão de monitoramento e avaliação, ao gestor da parceria, do controle interno e do Tribunal de Contas relativamente aos processos, aos documentos e às informações referentes a este Termo de Colaboração, bem como aos locais de execução do objeto;
- XIV – Aplicar os recursos recebidos e eventuais saldos financeiros enquanto não utilizados, obrigatoriamente, em instituição financeira oficial indicada pela Administração Pública, assim como as receitas decorrentes, que serão obrigatoriamente computadas a crédito deste Termo de Colaboração e aplicadas, exclusivamente, no objeto de sua finalidade, devendo constar demonstrativo específico que integrará as prestações de contas; e
- XV – Restituir à Administração Pública os recursos recebidos quando a prestação de contas for avaliada como irregular, depois de exaurida a fase recursal, se mantida a decisão, caso em que a Organização da Sociedade Civil poderá solicitar autorização para que o ressarcimento ao erário seja promovido por meio de ações compensatórias de interesse público, mediante a apresentação de novo plano de trabalho, conforme o objeto descrito neste Termo de Colaboração e a área de atuação da organização, cuja mensuração econômica será feita a partir do plano de trabalho original, desde que não tenha havido dolo ou fraude e não seja o caso de restituição integral dos recursos;

**Parágrafo Único** - Caso a Organização da Sociedade Civil adquira equipamentos e materiais permanentes com recursos provenientes da celebração da parceria, poderão, a critério do administrador público, ser doados quando, após a consecução do objeto, não forem necessários para assegurar a continuidade do objeto pactuado, observando o dispositivo no respectivo termo e na legislação vigente e atentando ao que dispõe os Art. 77 e 78 da Lei Federal 13.019/2014.



## **CLÁUSULA QUINTA – DA APLICAÇÃO DOS RECURSOS**

- 5.1** - É responsabilidade exclusiva da Organização da Sociedade Civil o gerenciamento administrativo e financeiro dos recursos recebidos, inclusive no que diz respeito às despesas de custeio, de investimento e de pessoal.
- 5.2** - É de responsabilidade exclusiva da Organização da Sociedade Civil o pagamento dos encargos trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais relacionados à execução do objeto previsto no termo de colaboração ou de fomento, não implicando responsabilidade solidária ou subsidiária da administração pública a inadimplência da organização da sociedade civil em relação ao referido pagamento, os ônus incidentes sobre o objeto da parceria ou os danos decorrentes de restrição à sua execução
- 5.3** - A inadimplência da administração pública não transfere à organização da sociedade civil a responsabilidade pelo pagamento de obrigações vinculadas à parceria com recursos próprios.
- 5.4** - A inadimplência da Organização da Sociedade Civil em decorrência de atrasos na liberação de repasses relacionados à parceria não poderá acarretar restrições à liberação de parcelas subsequentes.
- 5.5** - O pagamento de remuneração da equipe contratada pela Organização da Sociedade Civil com recursos da parceria não gera vínculo trabalhista com o poder público.
- 5.6** - As despesas relacionadas a este Termo de Colaboração serão executadas nos termos dos incisos XIX e XX do art. 42 da Lei nº 13.019/2014, sendo vedado:
- I - utilizar recursos para finalidade alheia ao objeto da parceria e para despesas correntes;
  - II - pagar, a qualquer título, servidor ou empregado público com recursos vinculados à parceria, salvo nas hipóteses previstas em lei específica e na lei de diretrizes orçamentárias;
- 5.7** - Poderão ser pagas, entre outras despesas, com recursos vinculados à parceria, desde que previsto no plano de trabalho apresentado pela Organização da Sociedade Civil:
- I - remuneração da equipe encarregada da execução do plano de trabalho, inclusive de pessoal próprio da organização da sociedade civil, durante a vigência da parceria, compreendendo as despesas com pagamentos de impostos, contribuições sociais, Fundo de Garantia do Tempo de Serviço - FGTS, férias, décimo terceiro salário, salários proporcionais, verbas rescisórias e demais encargos sociais e trabalhistas;
  - II - diárias referentes a deslocamento, hospedagem e alimentação nos casos em que a execução do objeto da parceria assim o exija;
  - III - aquisição de equipamentos e materiais permanentes essenciais à consecução do objeto e serviços de adequação de espaço físico, desde que necessários à instalação dos referidos equipamentos e materiais.
- 5.8** - Por ocasião da conclusão, denúncia, rescisão ou extinção da parceria, os saldos financeiros remanescentes, inclusive os provenientes das receitas obtidas das aplicações financeiras realizadas, serão devolvidos ao Município no prazo improrrogável de 30 (trinta) dias, sob pena



de imediata instauração de tomada de contas especial do responsável, providenciada pela autoridade competente da Administração Pública.

**5.9** - Caso a organização da sociedade civil adquira equipamentos e materiais permanentes com recursos provenientes da celebração da parceria, o bem será gravado com cláusula de inalienabilidade, e ela deverá formalizar promessa de transferência da propriedade à administração pública, na hipótese de sua extinção.

**5.10** - Toda a movimentação de recursos no âmbito da parceria será realizada mediante transferência eletrônica sujeita à identificação do beneficiário final e à obrigatoriedade de depósito em sua conta bancária.

**5.11** - Os pagamentos deverão ser realizados mediante crédito na conta bancária de titularidade dos fornecedores e prestadores de serviços, exceto se demonstrada a impossibilidade física de pagamento mediante transferência eletrônica, caso em que se admitirá a realização de pagamentos em espécie.

#### **CLÁUSULA SEXTA – DO PRAZO DE VIGÊNCIA**

**6.1** - O presente Termo de Colaboração terá vigência de 1º de junho de 2021 a 31 de maio de 2022.

**6.2** - O prazo de vigência poderá ser prorrogado nos seguintes casos:

I - mediante solicitação da Organização da Sociedade Civil, devidamente formalizada e justificada, a ser apresentada à Administração Pública em, no mínimo, trinta dias antes do termo inicialmente previsto, a qual dependerá de concordância da Administração; e

II - de ofício pela Administração Pública quando ela der causa a atraso na liberação de recursos financeiros, limitada ao exato período do atraso verificado.

#### **CLÁUSULA SÉTIMA – DAS ALTERAÇÕES**

**7.1** - Este Termo de Colaboração poderá ser alterado, **exceto quanto ao seu objeto**, mediante a celebração de Termos Aditivos, até 30 (trinta) dias anterior a seu término, desde que acordados entre os parceiros e firmados antes do término de sua vigência.

**7.2** - O plano de trabalho da parceria poderá ser revisto somente para alteração de valores ou de metas, mediante termo aditivo ao plano de trabalho original.

#### **CLÁUSULA OITAVA – DA LIBERAÇÃO DOS RECURSOS**

**8.1** - As parcelas dos recursos da parceria serão liberadas em estrita conformidade com o respectivo cronograma de desembolso, exceto nos casos a seguir, nos quais ficarão retidas até o saneamento das impropriedades:

I - quando houver evidências de irregularidade na aplicação de parcela anteriormente recebida, verificadas através de relatório de acompanhamento do Gestor de Parceria e Comissão de Monitoramento;



II - quando constatado desvio de finalidade na aplicação dos recursos ou o inadimplemento da organização da sociedade civil em relação a obrigações estabelecidas no termo de colaboração ou de fomento;

III - quando a organização da sociedade civil deixar de adotar sem justificativa suficiente as medidas saneadoras apontadas pela administração pública ou pelos órgãos de controle interno ou externo.

**8.2** - Os recursos recebidos em decorrência da parceria serão depositados em conta corrente específica isenta de tarifa bancária na instituição financeira pública.

**8.3**- Os rendimentos de ativos financeiros serão aplicados no objeto da parceria, estando sujeitos às mesmas condições de prestação de contas exigidas para os recursos transferidos.

**8.4** - O Município reserva-se o direito de reter os pagamentos à Organização, caso constatado qualquer das impropriedades previstas no Art. 35 da IN nº 43/2015/CGM.

**8.5** - Caso não haja a comprovação do recolhimento das obrigações sociais, o pagamento será suspenso até comprovada sua regularização.

#### **CLÁUSULA NONA – DA FISCALIZAÇÃO DA PARCERIA**

**9.1** - A fiscalização será exercida pelo Gestor da Parceria e pela Comissão de Monitoramento e Avaliação, baseada nas avaliações das metas e atividades previstas no plano de trabalho, devidamente acompanhada por um representante designado pela organização.

**9.2** - As metas, atividades e resultados efetivamente executados serão avaliados parcial e mensalmente pelo gestor da parceria, lançados no relatório de monitoramento e avaliação, que depois de conferidos, serão assinados pelo Responsável Legal da organização e pelo gestor devidamente designado pela Administração Pública.

#### **CLÁUSULA DÉCIMA – DA GESTÃO, MONITORAMENTO E AVALIAÇÃO**

**10.1** - Para acompanhamento, fiscalização e gestão do presente Termo de Colaboração, o Município nomeia o servidor Volnei Tesser, conforme Portaria nº 90.426, de 07 de junho de 2021, com as seguintes atribuições:

I – acompanhar e fiscalizar a execução da parceria, através de visitas *in loco* e emissão de relatórios regulares, conforme previsto no cronograma de trabalho da OSC;

II – informar ao seu superior hierárquico a existência de fatos que comprometam ou possam comprometer as atividades ou metas da parceria e de indícios de irregularidades na gestão dos recursos, bem como as providências adotadas ou que serão adotadas para sanar os problemas detectados;

III – disponibilizar materiais e equipamentos tecnológicos necessários às atividades de monitoramento e avaliação;



**IV** - emitir parecer técnico conclusivo de análise das prestações de contas parciais e final, com base no relatório técnico de monitoramento e avaliação.

**10.2** - O Município nomeia, por meio da Portaria nº 87.732, de 11 de maio de 2020, a Comissão de Monitoramento e Avaliação, instância administrativa colegiada de apoio e acompanhamento da execução das parcerias celebradas por órgãos e entidades da Administração Pública Municipal, cujas atribuições serão voltadas para o aprimoramento dos procedimentos, da padronização de objetos, custos e indicadores, unificação dos entendimentos, priorização do controle de resultados e avaliação e homologação dos relatórios técnicos de monitoramento.

I) Para fins do disposto no inciso XV do art. 42 da Lei nº 13.019/2014, os servidores dos órgãos ou das entidades públicas municipais, dos Conselhos Municipais, do controle interno e do Tribunal de Contas, poderão realizar à sua conveniência, diretamente ou com apoio de terceiros, durante a execução do presente Termo de Colaboração, pedido de acesso a documentos e informações ou aos locais de execução do objeto.

II) A Comissão de Monitoramento e Avaliação poderá contar com o apoio externo de terceiros para subsidiar seus trabalhos.

**10.3** - As ações de monitoramento e avaliação terão caráter preventivo e saneador, para apoiar à boa e regular gestão das parcerias, as quais serão desempenhadas, pelo Gestor de Parceria, Comissão de Monitoramento e Avaliação e pelo Conselho Municipal de Assistência Social - CMAS, por meio de visitas *in loco* e pesquisa de satisfação.

I) Será emitido Relatório Técnico de Monitoramento e Avaliação, nos termos do art. 59 da Lei nº 13.019/2014, pelo Gestor de Parceria, o qual será submetido à Comissão de Monitoramento e Avaliação para homologação e será enviado à Organização da Sociedade Civil para conhecimento, esclarecimentos e providências eventuais.

**10.4** - Comprovada a paralisação ou ocorrência de fato relevante, que possa colocar em risco a execução do plano de trabalho, a Administração Pública tem a prerrogativa de assumir ou transferir a responsabilidade pela execução do objeto, de forma a evitar sua descontinuidade.

#### **CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – DA TRANSPARÊNCIA E DIVULGAÇÃO DAS AÇÕES**

**11.1** - O Município promoverá a transparência das informações referentes às parcerias com organizações da sociedade civil, inclusive dos planos de trabalho aprovados, em dados abertos, mantendo, nos termos previstos no art. 10 da Lei nº 13.019/2014, em seu site na internet, a relação dos termos de colaboração celebrados.

I) O Município também divulgará, em seu sítio na internet, os meios para apresentação de denúncia sobre a aplicação irregular dos recursos transferidos.

**11.2** - A Organização da Sociedade Civil deverá publicar em seu sítio na internet, caso mantenha, e em locais visíveis de suas sedes sociais e dos estabelecimentos em que exerça suas ações, em até 15 (quinze) dias da celebração das parcerias, as informações de que trata o art. 11 da Lei nº 13.019/2014.



## CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA – DA PRESTAÇÃO DE CONTAS

**12.1 - A prestação de contas parcial** dos recursos recebidos deverá ser apresentada, conforme a liberação dos recursos, e cronograma de execução do Plano de Trabalho, ao Gestor de Parceria com os seguintes relatórios:

1. Ofício do representante legal da Entidade encaminhando a Prestação de Contas;
2. Relatório da execução das atividades do período, contendo as atividades desenvolvidas para o cumprimento do objeto e o comparativo de metas propostas com os resultados alcançados
3. Relatório de execução financeira, com a descrição das despesas e receitas efetivamente realizadas e sua vinculação do objeto,
4. Demonstrativo de execução de receita e despesa do período;
5. Cópia das cotações de preços;
6. Relação de pagamentos efetuados;
7. Relação de bens adquiridos com recursos da parceria, quando for o caso;
8. Atestados de recebimento de bens, quando for o caso;
9. Cópias de notas fiscais, cupons fiscais, recibos de pagamento de autônomos (RPAs), com indicação do nome do projeto e Termo de Convênio.
10. Cópia de comprovantes de transferências eletrônicas;
11. Atestado de recebimento de serviços e produtos, quando for o caso;
12. Comprovante de recolhimento de encargos sociais e fiscais de obrigação da OSC, incidentes sobre os pagamentos efetuados com recursos da Parceria.
13. Extrato bancário do período
14. Notas explicativas na hipótese de descumprimento de metas e resultados estabelecidos no plano de trabalho

**Parágrafo único:** *A liberação dos recursos estará vinculada a regular prestação de contas parciais, que acontecerá em conformidade com o cronograma de desembolso constante no Plano de Trabalho.*

**12.2 - A prestação de contas final** dos recursos recebidos deverá ser apresentada, ao Gestor de Parceria com os seguintes relatórios:

- a) Ofício do representante legal da Entidade encaminhando a Prestação de Contas;
- b) Relatório da execução das atividades, contendo as atividades desenvolvidas para o cumprimento do objeto e o comparativo de metas propostas com os resultados alcançados
- c) Relatório de execução financeira, com a descrição das despesas e receitas efetivamente realizadas e sua vinculação do objeto,
- d) Demonstrativo de execução de receita e despesa do período;
- e) Relação de pagamentos efetuados;
- f) Cópias dos comprovantes de transferência eletrônica;
- g) Relação de bens adquiridos, referentes a equipamentos e materiais permanentes adquiridos com recursos da parceria, quando for o caso;
- h) Termo de Devolução de bens adquiridos ou Termo de Doação efetuada pela Administração Pública, quando for o caso;



- i) Cópias de notas fiscais, cupons fiscais, recibos de pagamento de autônomos (RPAs), com indicação do nome do projeto e Termo de Convênio.
- j) Comprovante de recolhimento de encargos sociais e fiscais de obrigação da OSC, incidentes sobre os pagamentos efetuados com recursos da Parceria.
- k) Extrato bancário do período de execução da parceria ainda a comprovar;
- l) Comprovante de depósito da devolução de saldos não utilizados no projeto.
- m) Comprovante de encerramento da conta bancária vinculada ao projeto.
- n) Declaração de guarda dos originais dos documentos que foram apresentados na Prestação Contas por um período não inferior a 10 (dez) anos.
- o) Comprovações de transparência e publicidade previstas em todas as etapas que envolvam a parceria;
- p) Fotos, relatórios e outros documentos que possam vir a comprovar o cumprimento do objeto.
- q) notas explicativas na hipótese de descumprimento de metas e resultados estabelecidos no plano de trabalho.

**12.3** – A organização da sociedade civil prestará contas da boa e regular aplicação dos recursos recebidos no prazo de até 90 (noventa) dias a partir do término da vigência da parceria e no final de cada exercício, se a duração da parceria exceder de um ano para outro.

**12.4** - A OSC poderá solicitar a prorrogação do prazo de prestação de contas final, por até 30 (trinta) dias, desde que devidamente justificado e solicitado 15 (quinze) dias antes do término do prazo de prestação de contas.

### **CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA – DAS PENALIDADES**

**13.1** - O presente Termo de Colaboração deverá ser executado fielmente pelos parceiros, de acordo com as cláusulas pactuadas e a legislação pertinente, respondendo cada um pelas consequências de sua inexecução total ou parcial.

**13.2** - Pela execução da presente Termo de Colaboração em desacordo com o plano de trabalho, com as normas da Lei nº 13.019/2014, da legislação municipal e demais legislação específica, a Administração Pública poderá, garantida a prévia defesa, aplicar à Organização da Sociedade Civil as seguintes sanções:

- I - advertência;
- II - suspensão temporária da participação em chamamento público e impedimento de celebrar parceria ou contrato com órgãos e Organizações de Sociedade Civil da esfera de governo da Administração Pública sancionadora;
- III - declaração de inidoneidade para participar de chamamento público ou celebrar parceria ou contrato com órgãos e entidades de todas as esferas de governo, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade, que será concedida sempre que a organização da sociedade civil ressarcir o Município pelos prejuízos resultantes e depois de decorrido o prazo da sanção aplicada com base no inciso II.



#### **CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA – DA RESCISÃO**

**14.1** - É facultado aos parceiros rescindir este Termo de Colaboração, devendo comunicar essa intenção no prazo mínimo de 60 (sessenta) dias de antecedência, sendo-lhes imputadas as responsabilidades das obrigações e creditados os benefícios no período em que este tenha vigido.

**14.2** – O Município poderá rescindir unilateralmente este Termo de Colaboração quando da constatação das seguintes situações:

- I - Utilização dos recursos em desacordo com o Plano de Trabalho aprovado;
- II - Retardamento injustificado na realização da execução do objeto deste Termo de Colaboração;
- III - Descumprimento de cláusula constante deste Termo de Colaboração.

#### **CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA – DO FORO E DA SOLUÇÃO ADMINISTRATIVA DE CONFLITOS**

**15.1** – O foro da Comarca de Bento Gonçalves/RS é o eleito pelos parceiros para dirimir quaisquer dúvidas oriundas do presente Termo Colaboração.

**15.2** – Antes de promover a ação judicial competente, as partes, obrigatoriamente, farão tratativas para prévia tentativa de solução administrativa. Referidas tratativas serão realizadas em reunião, com a participação da Procuradoria/Assessoria Jurídica do Município, da qual será lavrada ata, ou por meio de documentos expressos, sobre os quais se manifestará a Procuradoria/Assessoria Jurídica do Município.

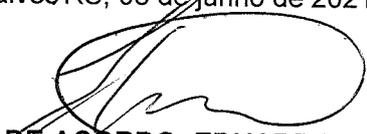
#### **CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA – DISPOSIÇÕES GERAIS**

**16.1** – É parte integrante e indissociável deste Termo de Colaboração, o plano de trabalho anexo.

E, por estarem de acordo, firmam os parceiros o presente Termo de Colaboração, em 02 (duas) vias de igual teor e forma, para todos os efeitos legais.

Município de Bento Gonçalves/RS, 08 de junho de 2021.

  
**DIOGO SEGABINAZZI SIQUEIRA**  
Prefeito Municipal

  
**DE ACORDO: EDUARDO VIRÍSSIMO**  
Secretário Municipal de Esportes e  
Desenvolvimento Social

  
José Foresti

**LAR DO ANCIÃO DE BENTO GONÇALVES**

Processo nº 3146/2021



**Município de Bento Gonçalves - RS**  
**Secretaria Municipal de Finanças – Setor de Parcerias**

**PLANO DE TRABALHO – Anexo I**

<b>Dados da Organização</b>		
Razão Social: Lar do Ancião de Bento Gonçalves		
Nome Fantasia: -----		
CNPJ: 89.805.444/0001-08	( X ) Matriz	( ) Filial
Data de Abertura: 21/07/1990	Data de Fundação:	11/10/1981
Tipo de Organização da Sociedade Civil:		
( X ) Sem Fins Lucrativos ( ) Cooperativa ( ) Religiosa		
Endereço: Alameda Anna Tedesco Variani		
Nº 100	Complemento:	
Bairro: Pradel		
Cidade: Bento Gonçalves/RS	CEP: 95708-250	UF: RS
DDD Telefone: ( 54 ) 3451.3444		
Site: lardoanciaobg.com.br		
Email: lardoanciao@yahoo.com.br		
Alvará de Funcionamento: Nº do Registro 35789	Validade 28/02/2022	
Atestado de Vigilância Sanitária: Nº do Registro 2017/10179	Validade 28/02/2021	
Já solicitado renovação, aguardando vistoria.		
Inscrição no Conselho Municipal de Assistência Social: ( X ) sim ( ) não Número: 003 Validade: 30/09/2021.		
Certificado CEBAS: ( X ) sim ( ) não Validade: 31/03/2021		
Já solicitado renovação, aguardando resultado de processo.		

<b>Responsável pela Instituição - Dados Dirigente</b>		
Nome: José Foresti		
Período do Mandato: 16/03/2019 à 15/03/2022		
Endereço: Belo Horizonte		Nº 255
Complemento: apto 1101		Bairro: Botafogo
Cidade: Bento Gonçalves	CEP: 95700-582	UF: RS
Identidade: 3003961335	CPF: 203.141.080-68	
DDD Telefone Fixo: 54 3454-5777	DDD Telefone Celular: 54 98409-5777	
E-mail: lardoanciao@yahoo.com.br		

<b>Repasse Anteriores de Recursos:</b>		
O órgão gestor municipal transfere recursos à entidade (Assinalar sobre a transferência de recursos à entidade por parte do poder público municipal, informando o número de processo da transferência de recurso/termo de parceria e a validade deste processo. Assinalar o tipo de recurso transferido, se for o caso):		
( X ) Sim ( ) Não		
Se sim, de que forma: ( ) Convênio ( ) Ajustes ( ) Acordos ( X ) Parcerias		
Nº do Processo 7672/2020	Nº termo jurídico 278/2020	Validade Março/2021
Nº do Processo 7672/2020	Nº termo jurídico 279/2020	Validade Abril/2021



**Município de Bento Gonçalves - RS**  
**Secretaria Municipal de Finanças – Setor de Parcerias**

**ESPECIFICAÇÕES DO PROJETO**

**1 – Objetos do Edital 002/2021:**

- a) Pesquisa voltada à pessoa idosa  
 b) Atendimento em Instituição de Longa Permanência para Idosos (ILPI)  
 c) Grupos de convivência para idosos

**1.2 Nome do Projeto/Atividade:** Viver Bem.

**1.3 Prazo de Execução:** 12 meses

**1.4 Início:** Junho/2021

**1.5 Término:** Maio/2022

**1.6 Público alvo (Mencione o perfil e situação socioeconômica do público que será beneficiado com a execução do projeto):** Idosos do Lar do Ancião.

**1.7 Descrição da Realidade (Deve ser demonstrado o nexo entre a realidade do público alvo e as atividades ou projetos e metas a serem atingidas)**

O Lar do Ancião de Bento Gonçalves, foi fundado em 11 de outubro de 1981. Tendo como definições estatutárias: abrigar pessoas idosas, carentes, de afeto, amparo e companhia, sem distinção de raça, sexo ou religião, fornecendo-lhes moradia, alimentação, vestuário, assistência médica, odontológica e espiritual; realizar projetos dedicados às obras sociais dos direitos do idoso; promover a assistência social através do desenvolvimento de projetos de cunho educativo e social, visando o resgate da cidadania e o combate aos estágios de exclusão social dos idosos; produzir diagnósticos que apontem para soluções de problemáticas que exijam ações interinstitucionais no que se refere aos direitos do idoso; prestar serviços compatíveis com suas finalidades, com o fim de arrecadar fundos para a Associação; elaborar projetos e ações que visem à realização de atividades culturais e educativas; viabilizar os seus objetivos através de parcerias, convênios, acordos ou contratos de gestão com associações governamentais ou não governamentais, setor privado e/ou organismos internacionais, com finalidade lucrativa ou não; promover pesquisas, estudos e desenvolvimento de ações voluntárias de assistência social ligadas às áreas afins; pugnar pelo desenvolvimento econômico e social e combate à pobreza; atuar sempre tendo em vista a ética, a paz, a cidadania, os direitos humanos, os direitos do idoso e a democracia; promover o voluntariado; atuar segundo os princípios da legalidade, impessoalidade, moralidade, publicidade, economicidade e da eficiência<sup>1</sup>.

Nossa entidade em seus trinta anos de funcionamento, procura sempre atender as necessidades de seus institucionalizados da melhor maneira possível. Buscando qualidade e dignidade nos cuidados dispensados.

Devido a diversos fatores, o Lar não dispõe de condições financeiras para arcar com despesas de aquisição de itens/bens necessários para o bom andamento do trabalho e de pagamento de serviços externos, os quais também são de extrema importância, pois se trata da limpeza do pátio e dos cuidados com a horta e pomar, os quais nos proporcionam uma quantidade favorável de alimentos.

**1.8 Impacto social esperado:**

A instituição presa pelo cuidado dos idosos, almejamos continuar proporcionando conforto a todos os nossos residentes.

**1.9 Justificativa do projeto:**

Por se tratar de uma ILPI, que abriga idosos em turno integral, que é filantrópica, sem fins lucrativos, com trinta anos de funcionamento, que sobrevive das contribuições dos idosos e familiares, e de doações da comunidade, nos falta finanças para cobrir outras despesas essenciais para a sobrevivência da entidade.

Atualmente o Lar do Ancião abriga trinta e sete idosos, sendo vinte pertencentes ao Grau I, treze ao Grau II e quatro ao Grau III. Todos necessitantes de algum auxílio para a realização das atividades da vida diária.

Todos os idosos devem estar bem cuidados e podendo desfrutar de um local confortável, onde se sintam

<sup>1</sup> - Estatuto da Associação para fins não econômicos Lar do Ancião de Bento Gonçalves, pág. 02. 2018.  
Av. Osvaldo Aranha, 1105 – Cidade Alta – Bento Gonçalves/



**Município de Bento Gonçalves - RS**  
**Secretaria Municipal de Finanças – Setor de Parcerias**

seguros e acolhidos, podendo usufruírem de momentos agradáveis em ambientes aconchegantes.

A entidade preza sempre pelo conforto, cuidado e segurança de seus idosos, sendo assim, no momento necessitamos da aquisição de alguns itens como: poltronas individuais que servirão para o descaço no salão de lazer; colchões para um momento de sono tranquilo; cercamento da parte lateral e fundo do terreno, onde comporta a horta, o pomar e o açude, que nos proporcionam alimentos orgânicos, sem uso de substâncias agrotóxicas; e a contratação de serviço terceirizado de jardinagem, o qual irá cuidar da limpeza de todo o pátio e cultivo das verduras, hortaliças e frutos.

**1.10 Resumo do Projeto:**

O Lar do Ancião precisa constantemente estar se adaptando e suprimindo as necessidades existentes para bem atender o seu público alvo. Por não termos uma reserva financeira, mas precisarmos manter um padrão de qualidade no atendimento, temos a necessidade de buscar junto aos órgãos públicos parcerias através de auxílio financeiro, pois proporcionará aos idosos institucionalizados conforto, descanso, segurança e alguns alimentos saudáveis.

Diante do exposto, onde existe a necessidade de manter um ambiente saudável e adequado para a boa vivência de nossos idosos, carecemos da realização desse plano de trabalho, com a aquisição de poltronas individuais, colchões, cercado do terreno e contratação de pessoal terceirizado para os cuidados de jardinagem, horta e pomar.

**1.11 Objeto geral da parceria (Descrever o que se pretende alcançar com a execução desse projeto):**

Proporcionar aos idosos um ambiente aconchegante, confortável e seguro.

**1.12 Objetivo específico da parceria (Listar os atos que serão tomados para que o objetivo geral seja alcançado):**

- Busca por conforto e bem estar;
- Proporcionar segurança, ambiente adequado e alimentação saudável.

**2 - Caracterização do Projeto e do Público:**

**2 Caracterização dos usuários**

**2.1 Público Alvo**

- ( ) Crianças                      ( ) Adolescentes                      ( ) Jovens  
( ) Adultos                      (X) Idosos                      ( ) Famílias (grupo familiar ou indivíduo)  
( ) Povos e comunidades tradicionais (indígenas, quilombolas, ribeirinhos, ciganos, dentre outros)  
( ) Outros, especifique:

**2.2 Faixa Etária**

- ( ) de 0 a 6 anos    ( ) de 7 a 15 anos    ( ) de 16 a 17 anos    ( ) de 18 a 59 anos    (X) 60 anos ou mais

**2.3 Quantas vezes por semana a atividade do projeto será ofertada ao usuário:**

- ( ) Sem frequência definida                      ( ) Até 3 vezes por semana (dias úteis)  
( ) Apenas 1 vez por semana (dias úteis)                      ( ) 5 vezes por semana (dias úteis)  
( ) Até 2 vezes por semana (dias úteis)                      (X) Todos os dias da semana, inclusive finais de semana –  
( ) Outro. Especifique:                      ininterruptos

**2.4 Quanto tempo o usuário permanece na realização da atividade:**

- ( ) Sem frequência definida                      ( ) De 4 até 8 horas por semana                      ( ) Mais de 12 horas por semana  
( ) Até 2 horas por semana                      ( ) De 8 até 12 horas por semana                      (X) 24 horas – ininterrupto  
( ) De 2 até 4 horas por semana



**Município de Bento Gonçalves - RS**  
**Secretaria Municipal de Finanças – Setor de Parcerias**

2.5 Quantidade de atendimentos (média/último mês):

( X ) a) Grupos ou Famílias

Número de vagas: \_\_\_\_\_ Previsão de pessoas por grupo: \_\_\_\_\_

Previsão de quantidade de grupos: \_\_\_\_\_

( X ) b) Indivíduos

Número de vagas: \_\_\_\_\_ Previsão de pessoas atendidas: Em torno de 40 pessoas.

c) Qual(is) usuário(s) e quantos:

- ( ) Criança \_\_\_\_\_ ( X ) Idoso Em torno de 40. ( ) Migrante \_\_\_\_\_  
( ) Jovem \_\_\_\_\_ ( ) Família \_\_\_\_\_ ( ) População de rua \_\_\_\_\_  
( ) Adulto \_\_\_\_\_ ( ) Pessoa com Deficiência ( ) Indígena \_\_\_\_\_  
( ) Outros. Especifique: \_\_\_\_\_

**3. Metodologia**

3.1 Descrever como o projeto será desenvolvido (como será feita a inserção dos usuários no projeto; escolha/oferta das atividades; os horários das oficinas/jogos/capacitações/atendimentos, como as ações serão planejadas, quem executará as atividades e onde serão desenvolvidas, etc), de forma detalhada, bem como de que forma se processará sua avaliação:

O projeto se desenvolverá em dois semestres, sendo a aquisição das poltronas e colchões realizados no primeiro mês; a confecção do cercado do pátio com prazo de até dois meses, levando em consideração o clima, e a prestação de serviço de jardinagem já se inicia no primeiro mês, com prazo de duração de doze meses.

A avaliação será constante, pois poderemos estar diariamente observando se os idosos estão se sentindo mais seguros e confortáveis neste ambiente.

**4. Metas e resultados esperados**

4.1 Metas Quantitativas (Especificar quantidades: usuários, turmas/grupos, oficinas/atendimentos, tempo de permanência do usuário no projeto/atividade, entre outras)

Meta	Descrição
1	Conforto e bem estar para os 37 idosos.
2	Proporcionar aos 37 idosos institucionalizados mais segurança, um ambiente adequado e uma boa alimentação.

4.2 Metas Qualitativas (Especificar os resultados que espera alcançar com cada uma das metas acima elencadas):

Meta	Descrição
1	Conforto, bem estar e qualidade de vida.
2	Qualidade no atendimento, com um ambiente mais adequado, seguro e com uma alimentação saudável.

4.3 Parâmetros para verificação e controle do cumprimento de cada uma das metas quantitativas (4.1):

Meta	Descrição
1	Nota, comprovante de pagamento, fotos dos 37 idosos usufruindo dos itens adquiridos pelo projeto.
2	Nota, comprovante de pagamento, fotos do local cercado e da realização do serviço terceirizado.

4.4 Parâmetros para verificação e controle do cumprimento de cada uma das metas qualitativas (4.2):

Meta	Descrição
1	Nota, comprovante de pagamento, fotos dos 37 idosos usufruindo dos itens adquiridos pelo projeto, relato de alguns idosos.
2	Nota, comprovante de pagamento, fotos do local cercado, foto da realização do serviço terceirizado e



**Município de Bento Gonçalves - RS**  
**Secretaria Municipal de Finanças – Setor de Parcerias**

relato da Nutricionista sobre os alimentos fornecidos pela horta e pomar.

**5. PLANO DE AÇÃO<sup>2</sup> – Com base nos objetivos (projeto orientado por objetivo)**

**5.1 Objetivo Específico 1: Busca por conforto e bem estar**

ATIVIDADES	RESPONSABILIDADES	CRONOGRAMA	CUSTO	COMO FAZER	QUEM ENVOLVER
Proporcionar conforto, bem estar e qualidade de vida.	Setor administrativo e Enfermagem.	1 mês	R\$ 24.290,00	Adquirir as poltronas e colchões.	Todos os funcionários.

**5.2 Objetivo Específico 2: Proporcionar segurança e ambiente adequado.**

ATIVIDADES	RESPONSABILIDADES	CRONOGRAMA	CUSTO	COMO FAZER	QUEM ENVOLVER
Proporcionar um ambiente adequado, mais seguro e com alimentação de qualidade.	Setor administrativo, Nutricionista, equipe que confeccionará o cercado e equipe terceirizada.	12 meses.	R\$ 35.652,00	Confeccionar o cercado na parte lateral e fundos do terreno; fazer a limpeza e conservação do pátio, da horta e pomar, assim como o cultivo das plantas. Também dispor de alimentos saudáveis que serão utilizados nas refeições servidas na entidade.	Setor administrativo, Nutricionista, equipe que confeccionará o cercado e equipe terceirizada.

**6. CRONOGRAMA DE EXECUÇÃO (meta, etapa ou fase)**

**6.1 Indicar o tempo de execução de cada meta**

Meta	1º semestre	2º semestre
01	X	---
02	X	X

<sup>2</sup> O Plano de Ação segue a metodologia 5W2H, utilizada como técnica para a efetivação das atividades. A metodologia 5W2H é uma ferramenta de gestão para qualquer tipo de organização. Em síntese, é um checklist de determinadas atividades que precisam ser desenvolvidas com o máximo de clareza possível pelas partes interessadas da organização. Ela funciona como um mapeamento destas atividades, onde ficará estabelecido o que será feito, quem fará o quê, em qual período de tempo, quanto custa, como será feito e quem deverá ser envolvido no processo de gestão.



**Município de Bento Gonçalves - RS**  
**Secretaria Municipal de Finanças – Setor de Parcerias**

7. RECURSOS NECESSÁRIOS (ESTIMATIVA DE DESPESA)													
7.1 Pessoal e encargos sociais (com vínculo) <sup>3</sup>													
PROFISSIONAL	QTDE	HS/SEM	HS/MÊS	Nº MESES	VR. HORA	VR. MÊS	VR. TOTAL						
								<b>TOTAL RECURSOS PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS</b>					
7.1.1 ESTIMATIVA DE REMUNERAÇÃO A SEREM PAGAS (sem vínculos)													
PROFISSIONAL / MÊS	01	02	03	04	05	06	07	07	08	09	10	11	12
1													
<b>TOTAL RECURSOS PESSOAL</b>													
7.1.2 ESTIMATIVA DE VALORES A SEREM RECOLHIDOS PARA PAGAMENTO DE ENCARGOS SOCIAIS													
ENCARGOS / MÊS	01	02	03	04	05	06	07	07	08	09	10	11	12
INSS – PATRONAL													
INSS													
FGTS													
IRRF													
CONTRIBUIÇÃO SINDICAL													
<b>TOTAL RECURSOS PESSOAL</b>													
7.2 Materiais de consumo <sup>4</sup>													
Materiais Consumo	Qtde Trimestre	Qtde Total	Vr. Unitário	Vr. Trimestre	Vr. Total								
7.3 Serviços de terceiros - pessoa jurídica													
SERVIÇO	QTDE	HS/SEM	HS/MÊS	Nº MESES	VR. HORA	VR. MÊS	VR. TOTAL						
Serviços de jardinagem	01	12	48	12	---	R\$ 1.000,00	R\$ 12.000,00						
Confecção do cercado	01	---	---	02	---	---	R\$ 23.652,00						
<b>TOTAL DE SERVIÇOS DE TERCEIROS PESSOA JURÍDICA</b>							<b>R\$ 35.652,00</b>						
<b>OBSERVAÇÃO:</b> Salientamos que apresentamos apenas um orçamento para o serviço terceirizado de jardinagem, pois já são parceiros e colaboram com o trabalho junto a entidade.													

<sup>3</sup> Pessoal: serviço de funcionários com vínculo empregatício com a entidade e que se dedicam integralmente às atividades de atendimento direto das crianças e adolescentes, conforme plano de trabalho descrito no projeto.

<sup>4</sup> MATERIAL DE CONSUMO: material educativo e esportivo; material de expediente; material de processamento de dados; material de copa e cozinha; gêneros alimentícios; material de limpeza e produtos de higienização; uniformes, tecidos e aviamentos; materiais para áudio, vídeo e foto; sementes, mudas de plantas e insumos; gás e combustíveis; serviços de manutenção e conserto de equipamentos utilizados diretamente na execução das atividades com as crianças e adolescentes atendidos.



**Município de Bento Gonçalves - RS**  
**Secretaria Municipal de Finanças – Setor de Parcerias**

**7.4 Serviços de terceiros - pessoa física**

PROFISSIONAL	QTDE	HS/SEM	HS/MÊS	Nº MESES	VR. HORA	VR. MÊS	VR. TOTAL
<b>TOTAL RECURSOS SERVIÇOS DE TERCEIROS PESSOA FÍSICA</b>							

**7.5 Equipamentos e Materiais Permanentes**

Materiais Consumo	Qtde semestre	Qtde Total	Vr. Unitário	Vr. semestre	Vr. Total
Poltronas	20	20	R\$ 850,00	R\$ 17.000,00	R\$ 17.000,00
Colchões	10	10	R\$ 729,00	R\$ 7.290,00	R\$ 7.290,00
<b>TOTAL RECURSOS EQUIPAMENTOS E MATERIAIS PERMANENTES</b>					<b>R\$ 24.290,00</b>

**7.6 Obras e Instalações**

OBRAS E INSTALAÇÕES	QTDE	VR. UNITÁRIO	VR. TOTAL
<b>TOTAL RECURSOS OBRAS E INSTALAÇÕES</b>			

**8. DETALHAMENTOS DA APLICAÇÃO DOS RECURSOS FINANCEIROS**

TÍTULO		RECURSOS CONCEDENTE	RECURSOS DA PROPONENTE	OUTROS RECURSOS	TOTAL
<b>DESPESAS CORRENTES (SOMA 1+2+3+4)</b>					
(1) Pessoal	(1.1) Pessoal com vínculo				
	(1.2) Encargos Sociais				
	<b>TOTAL PESSOAL (1.1+1.2)</b>				
(2) Material de Consumo					
(3) Serviço de terceiros pessoa física – PF					
(4) Serviço de terceiros pessoa jurídica – PJ		R\$ 35.652,00			R\$ 35.652,00
<b>DESPESAS DE CAPITAL (SOMA 3+4)</b>					
(3) Material permanente		R\$ 24.290,00			R\$ 24.290,00
(4) Obras e Instalações					
<b>TOTAL GERAL</b>		<b>R\$ 59.942,00</b>			<b>R\$ 59.942,00</b>

**9. CRONOGRAMA DE DESEMBOLSO**

**9.1 Prefeitura Municipal**

Meta	1º semestre	2º semestre	TOTAL GERAL
01	R\$ 24.290,00	----	R\$ 59.942,00
02	R\$ 29.652,00	R\$ 6.000,00	
<b>TOTAL GERAL</b>	<b>R\$ 53.952,00</b>	<b>R\$ 6.000,00</b>	



**Município de Bento Gonçalves - RS**  
**Secretaria Municipal de Finanças – Setor de Parcerias**

**10. DECLARAÇÃO**

Na qualidade de representante legal da proponente, declaro, para fins de prova junto ao Município de Bento Gonçalves, para os efeitos e sob as penas da lei, que inexistente qualquer débito em mora ou situação de inadimplência com qualquer órgão/entidade da Administração Pública Municipal que impeça a transferência de recursos de dotações consignadas nos orçamentos do Município, na forma deste Plano de Trabalho.

Bento Gonçalves, 23 de abril de 2021.

Tomasi Contabilidade  
CNPJ 05.924.619/0001-06  
Renan Tomasi  
CRC/RS nº 083872/0-5  
CPF nº 756.085.020-00  
Telefone: 54 2105-2777

Lar do Ancião de Bento Gonçalves  
José Foresti